

01. Qual o foro competente para o pedido de Recuperação Judicial?

Art. 3º - É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Sede principal da empresa devedora no Brasil, ou seja, onde ficar a sede administrativa da empresa ou comando dos negócios, maior volume de negócios
Sede principal no exterior será onde tem o estabelecimento principal no Brasil
Grupo de empresas o Juízo competente será o do local que contextualiza o principal estabelecimento do grupo e, em princípio, um único AJ será encarregado de auxiliar o Juízo, art. 69-G, § 1º, e art. 69-H.

Em todo caso, esse juiz é absolutamente competente para conhecer e conduzir o processo de recuperação judicial

02. O administrador judicial

Art. 21, Lei nº 11.101/05. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

03. Quem pode pedir recuperação e quais os requisitos ?

Empresário Individual
Sociedade empresária
Produtor rural (art. 48)
Cooperativa Médica (art. 6º, § 13)
Clube de futebol - art. 13, da Lei nº 14.193
Grupos de empresariais (Art. 69 - F)

Requisitos específicos

1. Exercício regular das atividades há mais de dois anos.
2. Não ser falido ou, se falido, que suas obrigações já tenham sido extintas.
3. Não ter obtido recuperação judicial há menos de 5 anos.
4. Não ter obtido recuperação judicial, com base em plano especial, há menos de 5 anos.

5. Não ter sido condenado por crime falimentar, nem ter como sócio controlador ou administrador pessoa condenada por crime falimentar.

04. Quais as consequências do deferimento da Recuperação judicial?

Art. 52, da lei 11.101/2005

Suspensão (art. 6º): Art. 6º, § 4º, Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

*Deveria ser o máximo para análise do plano.

Art. 52, III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei; *As ilíquidas não suspendem, os excluídos também não suspendem e nem as ações trabalhistas. 2) AJ (21 a 34): 3) Verificação: 4) Plano

05. Qual a consequência da concessão da Rj para o credor?

Art. 6º, § 9º O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência não autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, não impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral.

Art. 6º-C. É vedada atribuição de responsabilidade a terceiros em decorrência do mero inadimplemento de obrigações do devedor falido ou em recuperação judicial, ressalvadas as garantias reais e fidejussórias, bem como as demais hipóteses reguladas por esta Lei.